Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BMPI Infra S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Sobre a BMPI

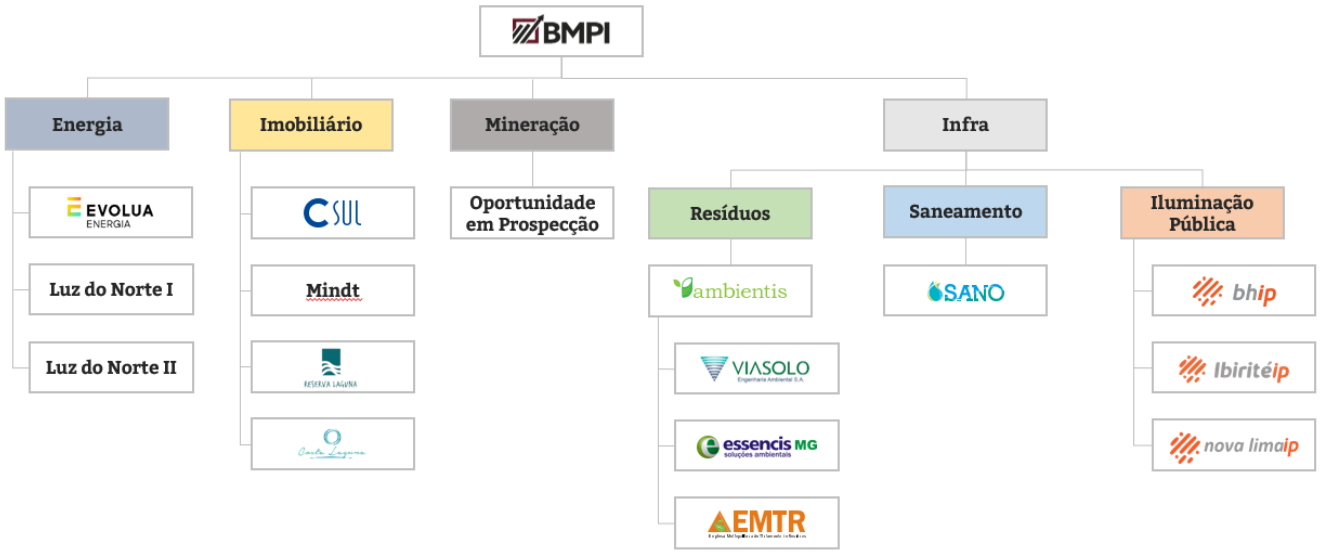
A BMPI é uma holding de investimentos e participações de capital proprietário. Desde a sua fundação em 2013, a Companhia realizou investimentos em setores essenciais para o desenvolvimento sustentável do país, incluindo infraestrutura e energia. Posicionada para um novo ciclo de crescimento, o foco atual da BMPI está nos setores de Energia, Imobiliário, Mineração e Transportes.

A BMPI possui uma estratégia de investimentos focada na criação de valor para os seus acionistas no longo prazo, através de uma gestão ativa de seus investimentos.

Contexto Setorial e de Atuação

A organização da BMPI está baseada na especialização e individualização em seus setores de atuação, por meio de plataformas de investimentos ou empresas holdings específicas.

Organização da BMPI Infra em 31 de dezembro de 2025



A organização da BMPI compreende:

Energia

Com experiência em setores complexos e regulados, a BMPI busca oportunidades no setor de energia por meio do desenvolvimento, implementação e gestão de fontes alternativas de geração, e tem como estratégia a criação de uma plataforma de investimentos através do desenvolvimento de novos projetos de geração.

Em 2025, a empresa intensificou seu investimento no setor de Geração Solar Distribuída através de sua investida a Evolua Energia Participações S.A. (Evolua). A BMPI detém atualmente participação direta de 50% na companhia.

No segmento de geração centralizada, a BMPI vem desenvolvendo, desde 2022, dois complexos de geração solar na região Norte de Minas, por meio da participação de 50% nas empresas Luz do Norte I e Luz do Norte II. Os projetos atualmente encontram-se em fase de obtenção de outorga para 1.260 MWac de capacidade instalada.

Imobiliário

A BMPI possui investimentos no setor imobiliário através de participação direta de 4,79% e indireta de 12,13% na CSul Desenvolvimento Urbano S.A., que tem como atividade a administração, incorporação, construção e comercialização de empreendimentos imobiliários nos municípios de Nova Lima e Itabirito, vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG).

A BMPI também detém participação direta e indireta nos projetos de incorporação Reserva Laguna, Costa Laguna e Hyde Park, localizados na área de desenvolvimento da CSul.

Mineração

Em função do grande conhecimento do Grupo Barbosa Mello no segmento, a BMPI tem avaliado ativamente oportunidades de investimento no setor de mineração no país.

Saneamento

A BMPI detém atualmente 100% de participação na Sano, sendo o seu veículo de investimentos para projetos no segmento de Saneamento. Por meio da Sano, a BMPI desempenha atividades de gerenciamento de concessões públicas de saneamento em todo ciclo da água - captação, tratamento e abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, além de desenvolver novos projetos e prestar consultorias diversas na área.

Em dezembro de 2025, a Sano concluiu a alienação de sua participação na SGA – Sistemas de Gestão Ambiental S.A., movimento alinhado ao processo de reorganização estratégica do portfólio. Com essa operação, a companhia deixou de manter participação direta em ativos operacionais no setor.

Em 2026, a SANO continuará em busca de oportunidades de investimento em projetos de saneamento e na diversificação de suas atividades, em linha com o objeto social da companhia.

Resíduos

A BMPI detém atualmente 100% de participação na Ambientis, sendo o seu veículo de investimento para projetos no segmento de resíduos e valorização energética. Por meio da Ambientis, a BMPI atua em projetos de implantação e operação de aterros sanitários, tratamento e aproveitamento energético de resíduos.

A Ambientis possui atualmente participações de 49,00% na Viasolo Engenharia Ambiental S.A.; 33,33% na Essencis MG Soluções Ambientais S.A.; e 27,50% na EMTR - Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Iluminação Pública

A BMPI possui participação de 39,00% na BH Iluminação Pública S.A. (“BHIP”), concessionária de Iluminação Pública de Belo Horizonte, destinada a modernizar, eficientizar, manter e operar mais de 190 mil pontos de iluminação do município, sendo seu acionista líder. Em adição à participação da BMPI, o Grupo Barbosa Mello detém outros 9,00% de participação na BHIP, totalizando, 48,00% de participação acionária consolidada. A empresa representa um importante papel no setor de Iluminação Pública, já que Belo Horizonte foi a primeira metrópole brasileira a alcançar 100% de iluminação eficiente no país, se constituindo também em uma das referências mundiais neste setor. Na companhia, o ano de 2025 foi marcado pela concretização de novos investimentos no âmbito do 4º e 5º aditivos contratuais, e pelo lançamento do programa Ilumina BH, que prevê novos investimentos significativos na expansão da iluminação do município.

Além da BHIP, a BMPI detém 66,67% de participação na Ibirité Iluminação Pública S.A., uma sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Ibirité, incluídos a modernização, eficientização, operação e manutenção de aproximadamente 14 mil pontos de iluminação.

A companhia também detém a participação de 36,67% na concessionária Nova Lima Iluminação Pública S.A, cujo objeto social é a modernização, eficientização e operação dos 22 mil pontos de iluminação do município.

Mensagem da Administração

Em 2025, a BMPI avançou na implementação dos objetivos estratégicos definidos no planejamento revisado em 2023, com progressos relevantes na reconfiguração de seu portfólio e na consolidação de seu posicionamento setorial.

Ao longo do exercício, foram realizados desinvestimentos e reestruturações estratégicas que reforçaram a disciplina na alocação de capital e a execução do plano de transição para um portfólio alinhado às competências centrais do grupo.

Nesse período, a originação de novas oportunidades concentrou-se nos segmentos de Mineração, Iluminação Pública e Properties, com foco em ativos de perfil resiliente e com boas perspectivas de retorno. Paralelamente, a BMPI manteve atuação ativa na gestão de seus investimentos, buscando capturar valor adicional por meio da expansão de contratos, desenvolvimento de novos negócios e avaliação contínua de alternativas de saída para ativos em estágio mais maduro ou com tese já performada.

Para os próximos anos, a BMPI seguirá focada na expansão qualificada de seu portfólio, reforçando seu compromisso com a criação de valor sustentável e com a atuação estratégica nos setores selecionados, alavancando a expertise e relacionamentos do grupo.

BMPI Infra S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais 5
Demonstrações dos resultados 7
Demonstrações dos resultados abrangentes 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstrações dos fluxos de caixa 10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 12

Shape the future
with confidence

Edifício Statement
Avenida do Contorno, 5.800
16º e 17º andares - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte - MG – Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
BMPI Infra S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BMPI Infra S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Shape the future
with confidence

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Shape the future
with confidence

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte (MG), 13 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O



Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRC MG-091263/O

BMPI Infra S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**12.946**	19.091	**17.713**	20.208
Títulos e valores mobiliários	4	**4.011**	3.075	**4.011**	3.075
Contas a receber	5	**533**	-	**951**	396
Contas a receber - Ativo financeiro da concessão	6	**-**	-	**761**	722
Créditos a receber	7	**1.354**	3.615	**3.854**	3.615
Estoque		**-**	-	**216**	139
Tributos a recuperar	8	**2.815**	2.095	**2.858**	2.178
Partes relacionadas	9	**10.592**	842	**14.815**	2.743
Outros ativos		**-**	35	**21**	77
Total do ativo circulante		**32.251**	28.753	**45.200**	33.153
Não circulante					
Créditos a receber	7	**4.712**	4.712	**18.102**	8.577
Partes relacionadas	9	**14.793**	28.113	**17.815**	29.736
Contas a receber - Ativo financeiro da concessão	6	**-**	-	**6.901**	7.153
Imposto diferido	17	**-**	-	**4.762**	860
Investimentos	10	**282.495**	291.540	**245.048**	277.318
Ativo de direito de uso		**-**	-	**94**	151
Imobilizado	11	**232**	347	**244**	361
Intangível	11	**-**	-	**592**	622
Total do ativo não circulante		**302.232**	324.712	**293.558**	324.778
Total do ativo		**334.483**	353.465	**338.758**	357.931

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		**95**	94	**229**	185
Obrigações trabalhistas		**401**	406	**466**	470
Obrigações tributárias		**497**	131	**549**	165
IRPJ e CSLL a pagar		**-**	-	**32**	29
Partes relacionadas	9	**-**	-	**198**	155
Passivo de arrendamento		**-**	-	**69**	69
Outros passivos		**1.214**	-	**1.214**	-
Total do passivo circulante		**2.207**	631	**2.757**	1.073
Não circulante					
Obrigações tributárias		**-**	-	**243**	229
IRPJ e CSLL a pagar		**-**	-	**292**	315
Imposto diferido	17	**-**	-	**452**	452
Partes relacionadas	9	**30.000**	-	**30.000**	-
Passivo de arrendamento		**-**	-	**34**	85
Total do passivo não circulante		**30.000**	-	**31.021**	1.081
Patrimônio líquido	12				
Capital social	12.1	**167.550**	120.000	**167.550**	120.000
Reserva de capital	12.2	**122.340**	122.340	**122.340**	122.340
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.4	**4.460**	4.460	**4.460**	4.460
Reserva de lucros		**9.424**	106.745	**9.424**	106.745
Outros resultados abrangentes		**(1.498)**	(711)	**(1.498)**	(711)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		**302.276**	352.834	**302.276**	352.834
Participação de não controladores		**-**	-	**2.704**	2.943
Total do patrimônio líquido		**302.276**	352.834	**304.980**	355.777
Total do passivo e patrimônio líquido		**334.483**	353.465	**338.758**	357.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BMPI Infra S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita líquida	13	**3.819**	270	**9.757**	8.644
Custo dos serviços prestados	14	**(770)**	(177)	**(1.946)**	(4.971)
Lucro bruto		**3.049**	93	**7.811**	3.673
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	14	**(5.791)**	(6.876)	**(7.114)**	(7.574)
Equivalência patrimonial	10	**(865)**	13.431	**(599)**	11.989
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	**3.966**	4.612	**(2.174)**	5.969
		(2.690)	11.167	**(9.887)**	10.384
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		**359**	11.260	**(2.076)**	14.057
Resultado financeiro, líquido					
Despesas financeiras	16	**(1)**	(14)	**(33)**	(149)
Receitas financeiras	16	**3.375**	1.147	**3.611**	1.332
		3.374	1.133	**3.578**	1.183
Lucro antes dos impostos		**3.733**	12.393	**1.502**	15.240
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17	**(108)**	-	**(740)**	(656)
Diferido	17	**-**	-	**3.902**	(1.538)
		(108)	-	**3.162**	(2.194)
Lucro líquido do exercício		**3.625**	12.393	**4.664**	13.046
Participações de não controladores				**1.039**	653
Participações de controladores				**3.625**	12.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BMPI Infra S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**3.625**	12.393	**4.664**	13.046
Outros resultados abrangentes de coligadas	**(787)**	564	**(787)**	564
Resultado abrangente do exercício	**2.838**	12.957	**3.877**	13.610
Atribuível a:				
Não controladores	**-**	-	**1.039**	653
Controladores	**2.838**	12.957	**2.838**	12.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BMPI Infra S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reserva de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Total	Não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.000	122.340	8.310	89.058	4.460	-	(1.275)	342.893	2.446	345.339
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.393	-	12.393	653	13.046
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Constituição de reserva legal	-	-	620	-		(620)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.016)			-	(3.016)	(156)	(3.172)
Outros resultados abrangentes de coligadas	-	-	-	-	-	-	564	564	-	564
Reserva de lucros	-	-	-	11.773	-	(11.773)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.000	122.340	8.930	97.815	4.460	-	(711)	352.834	2.943	355.777
Aumento de Capital	**47.550**	**-**	**-**	**(47.550)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.625**	**-**	**3.625**	**1.039**	**4.664**
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Constituição de reserva legal	**-**	**-**	**181**	**-**	**-**	**(181)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dividendos pagos				**(23.016)**	**-**	**-**		**(23.016)**	**(1.030)**	**(24.046)**
Distribuição de dividendos adicionais	**-**	**-**	**-**	**(30.000)**	**-**	**-**	**-**	**(30.000)**	**(248)**	**(30.248)**
Juros sobre capital próprio						**(380)**		**(380)**	**-**	**(380)**
Outros resultados abrangentes de coligadas	**-**	**-**	**-**		**-**	**-**	**(787)**	**(787)**	**-**	**(787)**
Reserva de lucros	**-**	**-**	**-**	**3.064**	**-**	**(3.064)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**167.550**	**122.340**	**9.111**	**313**	**4.460**	**-**	**(1.498)**	**302.276**	**2.704**	**304.980**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BMPI Infra S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucros antes dos impostos	**3.733**	12.393	**1.502**	15.240
Depreciação e amortização	**103**	128	**136**	166
Amortização direito de uso	**-**	-	**57**	54
Equivalência patrimonial	**865**	(13.431)	**599**	(11.989)
Juros reconhecidos sobre arrendamentos	**-**	-	**18**	11
Juros reconhecidos sobre empréstimos	**-**	-	**-**	107
Ganho de usufruto de participações societárias	**(2.625)**	(4.243)	**(2.625)**	(4.243)
Perda na venda de títulos e valores mobiliários	**131**	-	**131**	-
Avaliação a valor justo de títulos e valores mobiliários	**(1.067)**	400	**(1.067)**	400
Ganho/perda de capital na alienação de investimentos	**(23)**	(232)	**6.148**	(1.574)
Atualização monetária do ativo financeiro	**-**	-	**268**	276
Baixa do ativo imobilizado	**12**	-	**12**	-
	1.129	(4.985)	**5.179**	(1.552)
(Aumento)/redução dos ativos				
Contas a receber	**(533)**	949	**(555)**	931
Contas a receber - Ativo financeiro	**-**	-	**(55)**	(19)
Créditos a receber	**4.112**	9.094	**1.108**	9.094
Estoque	**-**	-	**(77)**	10
Tributos a recuperar	**(720)**	1.876	**(680)**	1.862
Outros ativos	**35**	5	**56**	73
Aumento/(redução) dos passivos				
Fornecedores	**1**	(39)	**44**	(26)
Obrigações trabalhistas e tributárias	**361**	(376)	**394**	(419)
Outros passivos	**1.214**	-	**1.215**	-
	5.599	6.524	**6.628**	9.954
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(106)**	-	**(759)**	(620)
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos	**-**	-	**(18)**	(77)
Caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais	**5.493**	6.524	**5.851**	9.257
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Venda títulos e valores imobiliários	**-**	2.795	**-**	2.795
Aquisição de investimento	**(4.251)**	(1.978)	**(4.251)**	(40)
Alienação de investimento	**336**	5.116	**4.728**	3.141
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(6.308)**	(14.120)	**(3.261)**	(14.919)
Aquisição de imobilizado	**-**	-	**-**	(3)
Dividendos recebidos	**21.981**	16.672	**19.163**	16.626
Caixa e equivalentes de caixa gerado nas atividades de investimento	**11.758**	8.485	**16.379**	7.600

BMPI Infra S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de principal sobre empréstimos	**-**	-	**-**	(1.612)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	**-**	-	**(51)**	(55)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(23.396)**	(3.016)	**(24.674)**	(3.171)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(23.396)**	(3.016)	**(24.725)**	(4.838)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(6.145)**	11.993	**(2.495)**	12.019
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**19.091**	7.098	**20.208**	8.189
No final do exercício	**12.946**	19.091	**17.713**	20.208
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(6.145)**	11.993	**(2.495)**	12.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A BMPI Infra S.A. ("Companhia" ou "BMPI") é uma *holding* de investimentos e participações focada no setor de infraestrutura, situada na Rua Renato de Paes, 750 - conjunto 101 - Bairro Itaim Bibi - São Paulo - SP.

1.1. Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar ("PLP") 68/2024, que regulamentou parte da Reforma Tributária, posteriormente sancionada pela presidência da República em 16 de janeiro de 2025, pela Lei Complementar ("LC") 214/2025.

Em 22 de dezembro de 2025, foi concluída a aprovação pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar ("PLP") 108/2024, com sanção pela Presidência da República, em 13 de janeiro de 2026, na Lei Complementar ("LC") 227, onde foi instituído o Comitê Gestor do IBS, dentre outras disposições tributárias.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. A companhia implementou as ações necessária para atendimento às obrigações acessórias previstas para o ano de 2026. Os demais impactos da Reforma, nas atividades e na apuração dos novos tributos, serão plenamente determinados na evolução do processo de regulamentação das legislações mencionadas anteriormente. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 13 de abril de 2026.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) *Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade*

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

As alterações estabelecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio à vista quando não há convertibilidade. Além disso as alterações também exigem a divulgação de informação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o impacto da falta de conversibilidade no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

b) *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial*

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 incorpora a possibilidade de aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensurar investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, seguindo a recente alteração das normas internacionais, que passaram a permitir essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência alinhas as práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma anteriormente vigente, limitando-se a ajustes de redação e atualização de referências normativas.

As alterações vigoram para os períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1° de janeiro de 2025 e não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.
.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

a) *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras*

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

a) *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras*--Continuação

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

b) *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações*

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

c) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros*

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações incluem:

- Esclarecimento de que a baixa de um passivo financeiro ocorre na “data de liquidação”, além da introdução de uma opção de política contábil que permite dar baixa em passivos liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes dessa data, desde que atendidos requisitos específicos;
- Orientação adicional sobre a avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que possuam características relacionadas a fatores ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) ou semelhantes;
- Esclarecimentos sobre o conceito de “características sem direito de regresso” e sobre as funcionalidades dos instrumentos contratualmente vinculados;
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros que dependam de eventos contingentes, bem como ampliações das exigências de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

c) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros*--Continuação

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos *pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.*

d) *Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11*

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contabeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão sobre as demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

e) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais*

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de
- hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

2.1.1. Base de consolidação das demonstrações financeiras

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas, e nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em coligadas, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das empresas controladas é reconhecida no resultado do período como receitas (despesas) de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluem as demonstrações financeiras das investidas como segue:

		% de participação	
	Investimento	**2025**	**2024**
Participação direta			
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	Controlada	**100,00%**	100,00%
Sano Saneamento e Participações S.A. (i)	Controlada	**100,00%**	100,00%
Ibirité Iluminação Pública S.A.	Controlada	**66,67%**	66,67%
Nova Lima Iluminação Pública S.A.	Coligada	**36,66%**	36,66%
Mindt Participações S.A.	Coligada	**58,33%**	57,41%
BH Iluminação Pública S.A.	Coligada	**39,00%**	39,00%
Evolua Energia Participações S.A.	Coligada	**50,00%**	50,00%
CSUL Desenvolvimento Urbano S.A.	Coligada	**4,79%**	4,79%
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Coligada	**15,00%**	15,00%
Laguna Propriedades e Participações SCP	Coligada	**0,05%**	0,05%
Luz do Norte I Geração de Energia Ltda	Coligada	**50,00%**	50,00%
Luz do Norte II Geração de Energia Ltda	Coligada	**50,00%**	50,00%
Participação indireta			
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	Coligada	**49,00%**	49,00%
Essencis Minas Gerais S.A.	Coligada	**33,33%**	33,33%
CMTR - Central Metrop. Tratamento e Resíduos S.A.	Coligada	**27,50%**	27,50%
Sistemas de Gestão Ambiental S.A. (SGA) (i)	Coligada	**-**	50,00%
Águas de Mandaguahy S.A.(i)	Coligada	**-**	42,44%
Águas de Votorantim S.A.(i)	Coligada	**-**	20,00%
Csul Desenvolvimento Urbano S.A.	Coligada	**12,13%**	11,94%
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Coligada	**0,96%**	0,96%
Costa Laguna SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.	Coligada	**11,35%**	11,17%

(i) Participação vendida em 2025. A Sano Saneamento e Participações S.A., celebrou o contrato de compra e venda em 2025, através do qual foi vendida a totalidade de sua participação nos investimentos em dezembro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

2.1.1. Base de consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a controladora obtém controle, e continuará a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir e/ou ocorrer sua incorporação. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação das demonstrações financeiras individuais, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Participação de não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

2.1.1. Base de consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em coligadas são contabilizados considerando o método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint-venture ou coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da joint-venture ou coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das coligadas, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e as coligadas são eliminados em proporção à participação nas investidas.

A soma da participação da Companhia nos resultados de coligadas apresentada na demonstração do resultado, representam o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas coligadas.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia avalia se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável dos investimentos em coligadas. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável dos investimentos, e reconhece a perda em “Resultado da equivalência patrimonial”, na demonstração do resultado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

2.1.1. Base de consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

Ao perder influência significativa sobre as coligadas, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil das coligadas, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.1.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), todos os valores apresentados nessas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

O reconhecimento das receitas provenientes de contratos com clientes obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: i) identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

b) Contrato de Concessão

A ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, conforme estabelecido pelo contrato de concessão. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contrapartida de recebíveis.

As receitas da controlada da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são:

Receita de construção

Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização energética da rede de iluminação pública de Ibirité/MG. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

b) Contrato de Concessão--Continuação

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública de Ibirité/MG. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação do percentual, previsto no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e à medida que é provável que a Companhia obterá os benefícios econômicos previstos no contrato.

c) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamento a fornecedores, depósitos judiciais e outros ativos.

Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de “SPPI”).

Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

i) *Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

i) *Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva*--Continuação

taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

ii) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla investimentos patrimoniais listados os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Tais instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo considerando preço cotados (nível 1). Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento.

Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado--Continuação

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

d) Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável, líquido dos impostos compensáveis, e inclui gastos incorridos na aquisição de estoque e outros custos incorridos de transporte.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Mensurados e apresentados ao custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado do exercício.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

g) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo de aquisição e posteriormente deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela vida útil econômica estimada. Saldo composto pelo ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e de software. Sendo o ágio avaliado anualmente através do teste de *impairment.*

h) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Direito de uso de arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme evidenciado à nota explicativa 2.2.(i).

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

h) Arrendamentos--Continuação

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração das taxas nominais observáveis. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório e outros equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado e ativos intangíveis poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou impairment para os ativos não financeiros.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

j) Provisões--Continuação

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k) Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e diretores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Estes benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência.

l) Tributos

Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

l) Tributos--Continuação

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares aplicadas sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo que o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

i) *Imposto de renda pessoa jurídica*

À alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$240 mil;

ii) *Contribuição social sobre o lucro líquido*

À alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social-correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

l) Tributos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

m) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

m) Classificação circulante versus não circulante--Continuação

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

n) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo, com base nos dados observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os insumos utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são as seguintes:

- Nível 1. Mercado ativo: preço cotado - um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associação de mercado por entidades que visam ter preços divulgados pelas agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento;

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis materiais adotadas--Continuação

n) Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente a mesmo, análise do fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isentos de outros interesses e motivada por considerações comerciais;
- Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivados, que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações não negociadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e bancos	**86**	161	**190**	207
Aplicações financeiras	**12.860**	18.930	**17.523**	20.001
Total	**12.946**	19.091	**17.713**	20.208

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas por taxas variáveis de aproximadamente 99,26% do CDI em 2025 (99% em 2024) para a controladora e de aproximadamente 98,81% do CDI em 2025 (98,94% em 2024) para o consolidado, tendo como contraparte, bancos de primeira linha

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são compostos por participações societárias em entidades listadas. Os ativos financeiros são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado. O valor justo dessas ações é determinado com base nas cotações disponíveis em mercado ativo.

4. **Títulos e valores mobiliários**--Continuação

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025		
	Custo	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo
XP investimentos	**3.412**	**599**	**4.011**
ITUB4	**750**	**237**	**987**
BBDC4	**696**	**31**	**727**
PETR4	**550**	**(1)**	**549**
BBAS3	**607**	**-**	**607**
BPAC11	**751**	**332**	**1.083**
BEEF3	**58**	**-**	**58**
Total	**3.412**	**599**	**4.011**

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2024		
	Custo	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo
XP investimentos	3.543	(468)	3.075
ITUB4	750	(47)	703
BBDC4	696	(246)	450
PETR4	638	6	644
BBAS3	612	58	670
BPAC11	751	(193)	558
BEEF3	96	(46)	50
Total	3.543	(468)	3.075

A companhia obteve remuneração de dividendos e juros sobre o capital próprio, referente às participações societárias, sendo R$108 e R$178 em 2025 (R$245 e R$212 em 2024), respectivamente.

A movimentação da TVM está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2023	6.270
Ajuste a valor justo, líquido	(535)
Compra	-
Venda	(2.660)
Saldo em 31/12/2024	3.075
Ajuste a valor justo, líquido	**1.068**
Compra	**1.215**
Venda	**(1.347)**
Saldo em 31/12/2025	**4.011**

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Contas a receber faturados	**533**	-	**533**	-
Contas a receber a faturar	**-**	-	**418**	396
Total	**533**	-	**951**	396

A Administração avaliou o risco de crédito dos clientes e considerando as evidências e histórico de perda avaliou que não é necessário a constituição de provisão para perda esperada de crédito.

6. Contas a receber - Ativo financeiro da concessão

Ativo financeiro

a) *Movimentação do ativo financeiro da concessão*

	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	8.132
Constituição / custo de construção	159
Atualização do ativo financeiro	276
Recebimento	(692)
Saldo em 31/12/2024	7.875
Constituição / custo de construção	**244**
Atualização do ativo financeiro	**268**
Recebimento	**(725)**
Saldo em 31/12/2025	**7.662**

b) *Classificação circulante e não circulante no consolidado*

	31/12/2025	**31/12/2024**
Circulante	**761**	722
Não circulante	**6.901**	7.153
Total	**7.662**	7.875

6. Contas a receber - Ativo financeiro da concessão--Continuação

Ativo financeiro--Continuação

c) *Projeção da realização do saldo não circulante no consolidado*

	Valor
2027	802
2028	846
2029 em diante	5.253
Total	**6.901**

O saldo refere-se ao ativo contratual correspondente ao direito de receber recursos através de contraprestações mensais estabelecidos no contrato de concessão de modernização da rede de iluminação pública, que a controlada da Companhia, detém junto ao município de Ibirité.

A controlada da companhia adota a taxa de 3,5% a.a. para a remuneração do ativo em razão dos critérios de correção e ajustes da contraprestação previstos no contrato de concessão.

7. Créditos a receber

Os valores a receber são representados, principalmente, por direitos que a Companhia possui em relação a terceiros por conta da venda de ações da empresa Mindt Participações S.A., NGP Nova Geração Participações S.A., Sprout Holding S.A., SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A., e são assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
JD Participações Ltda	**-**	3.615	**-**	3.615
Diego Gomes M. Ferreira (a)	**4.712**	4.712	**4.712**	4.712
JVJ Energia e Part. LTDA (b)	**-**	-	**3.765**	3.765
Sanea Ambiental Ltda (c)	**-**	-	**9.021**	-
Sistema de Gestão Ambiental S.A.(d)	**-**	-	**3.004**	-
Sprout Holdings S.A.	**150**	-	**150**	-
Outros (e)	**1.204**	-	**1.304**	100
Total	**6.066**	8.327	**21.956**	12.192
Circulante	**1.354**	3.615	**3.854**	3.615
Não circulante	**4.712**	4.712	**18.102**	8.577
Total	**6.066**	8.327	**21.956**	12.192

7. **Créditos a receber**--Continuação

(a) Em dezembro de 2024, foi celebrado o contrato de compra e venda da totalidade de sua participação na Sprout Holding S.A. A garantia, em caso de inadimplemento dos créditos a receber, são as ações objeto do contrato de compra e venda. O recebimento do valor se dará no vencimento conforme acordado entre as partes.

(b) Em maio de 2024, a controlada Ambientis Soluções Ambientais S.A., celebrou o contrato de compra e venda através do qual foi vendida a totalidade de sua participação na NGP Nova Geração e Participações S.A.para a JVJ Energia e Part. Ltda. O recebimento do valor está condicionado a obtenção de licença de operação de equipamento por parte da PCN.

(c) Em dezembro de 2025, a controlada Sano Saneamento e Participações S.A., celebrou o contrato de compra e venda através do qual foi vendida a totalidade de sua participação na SGA-Sistema de Gestão Ambiental S.A. O recebimento do valor se dará no vencimento conforme acordado entre as partes.

(d) Saldo reconhecido até 2024 em partes relacionadas, com a venda da participação indireta na SGA-Sistema de Gestão Ambiental S.A., foi reconhecido em créditos a receber.

(e) Venda de ações negociadas em mercado de balcão, liquidado em janeiro 2026.

A movimentação dos créditos a receber em 2025 e 2024 decorrentes dos contratos firmados pela Companhia é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.057	14.157
Vendas de ações	8.955	12.720
Recebimentos	(12.235)	(12.235)
Conversão em participação societária	(2.450)	(2.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.327	12.192
Vendas de ações	**3.392**	**16.804**
Dividendos a receber de partes não relacionadas	**-**	**3.004**
Mútuo a receber	**150**	**150**
Recebimentos de venda de participação societária	**(3.952)**	**(8.343)**
Conversão em participação societária	**(1.851)**	**(1.851)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**6.066**	**21.956**

Os recebimentos dos créditos a receber de longo prazo estão previstos de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
2025	**-**	3.615	**-**	3.615
2026	**1.354**	-	**6.858**	-
2027 em diante	**4.712**	4.712	**15.098**	8.577
Total	**6.066**	8.327	**21.956**	12.192

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Imposto de renda antecipação	**2.776**	1.956	**2.808**	2.036
Contribuição social antecipação	**39**	139	**50**	139
Outros	**-**	-	**-**	3
Total	**2.815**	2.095	**2.858**	2.178

A Companhia, com base em análises e projeções orçamentárias prevê a realização dos créditos tributários nos próximos 12 meses e sem riscos de não realização no decorrer de suas operações.

9. Partes relacionadas

Os saldos finais das transações ocorridas nos exercícios de 2025 e 2024 entre a Companhia e as partes relacionadas, por natureza, estão representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo				
Dividendos /Juros de Capital Próprio (JCP) a receber				
Ibirité Iluminação Pública S.A.	**397**	310	**-**	-
Sistema de Gestão Ambiental S.A.	**-**	-	**-**	5.016
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	**-**	-	**7.637**	1.033
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	**-**	-	**4.068**	2.211
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	**4.063**	2.062	**-**	-
Sano Saneamento e Participações S.A.	**-**	2.364	**-**	-
Mindt Participações S.A.	**1.234**	462	**1.234**	462
CSUL Desenvolvimento Imob. S.A.	**617**	71	**617**	71
Laguna Propriedades e Participações	**8.764**	6.836	**8.764**	6.836
Total dividendos e JCP a receber	**15.075**	12.105	**22.320**	15.629
Adiantamentos p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)				
Mindt Participações S.A.	**159**	512	**159**	512
Laguna Propriedades e Participações	**1.506**	3.191	**1.506**	3.191
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	**300**	1.797	**300**	1.797
Evolua Energia Participações S.A.		11.350		11.350
Total de AFAC	**1.965**	16.850	**1.965**	16.850
Mútuo				
Evolua Energia Participações S.A.	**8.345**	-	**8.345**	-
Total mútuo	**8.345**	-	**8.345**	-
Total ativo - partes relacionadas	**25.385**	28.955	**32.630**	32.479
Ativo circulante	**10.592**	842	**14.815**	2.743
Ativo não circulante	**14.793**	28.113	**17.815**	29.736

9. **Partes relacionadas**--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivo				
Dividendos				
Acionistas	**30.000**	-	**30.000**	-
Construtora Remo Ltda	**-**	-	**198**	155
Total	**30.000**	-	**30.198**	155
Total passivo - partes relacionadas	**30.000**	-	**30.198**	155
Passivo circulante	**-**	-	**198**	155
Passivo não circulante	**30.000**	-	**30.000**	-

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Resultado		
Receita bruta		
Águas de Mandaguahy S.A. (i)	**1.574**	315
Total Receita de Serviços prestados	**1.574**	315

(i) A Companhia prestou serviços de assessoria especializada em gestão até a data em que a participação da Companhia na SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A., controladora da Águas de Mandaguahy S.A foi vendida.

9.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações relativas à mútuos, envolvendo partes relacionadas são efetuadas conforme avaliação de gestão de caixa e são devidamente aprovados nas alçadas, a partir de condições firmadas entre as partes. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou por meio de distribuição de dividendos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre os recebíveis de partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

9.2. Remuneração da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e diretores foi de R$1.860 em 2025 (R$2.220 em 2024).

9. Partes relacionadas--Continuação

9.3. Avais e garantias

A Companhia figura como avalista ou garantidora em operações de empréstimos e/ou obrigações contratuais, conforme descrito no quadro:

		Controladora	
Avalista	**Avalizado**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
BMPI Infra S.A.	Águas de Votorantim S/A (i) (iii)	**10.856**	11.902
BMPI Infra S.A.	Alfenas Ambiental Trat. de Res. e Limpeza Urbana Ltda (i)	**-**	246
BMPI Infra S.A.	Construtora Barbosa Mello S.A. (i) (ii)	**537.713**	435.580
BMPI Infra S.A.	Ecovia Valorização de Resíduos Ltda (i)	**-**	246
BMPI Infra S.A.	Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (i)	**3.090**	21.437
BMPI Infra S.A.	Evolua Energia Operacional 1 SPE Ltda (i)	**49.009**	-
BMPI Infra S.A.	Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda (i)	**51.777**	105.127
BMPI Infra S.A.	Evolua Energia Participações S.A. (i)	**86.169**	36.888
BMPI Infra S.A.	Nova Lima Iluminação Pública S.A. (i) (ii)	**3.031**	3.505
BMPI Infra S.A.	Resíduo Zero Ambiental S.A. (i)	**369**	1.709
BMPI Infra S.A.	Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (i)	**1.557**	6.925

(i) Empréstimos e financiamentos

(ii) Seguro garantia

(iii) Em dezembro de 2025 foi celebrado o contrato de compra e venda da participação indireta, com previsão de desobrigação das garantias em até 180 dias.

10. Investimentos

A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	2025				
Investida direta	**Participação %**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**	**Investimentos**	**Equivalência patrimonial**
Controladas					
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	**100%**	**88.292**	**6.215**	**88.292**	**6.215**
Sano Saneamento e Participações S.A.	**100%**	**20.956**	**(638)**	**20.956**	**(638)**
Ibirité Iluminação Pública S.A.	**66,67%**	**8.114**	**3.115**	**5.409**	**2.077**
Coligadas					
Evolua Energia Participações S.A.	**50,00%**	**95.877**	**(68.284)**	**47.939**	**(34.142)**
Evolua Energia Participações S.A. - ágio	**-**	**-**	**-**	**13.742**	**-**
Luz do Norte I Geração de Energia Ltda	**50,00%**	**11**	**(23)**	**6**	**(11)**
Luz do Norte II Geração de Energia Ltda	**50,00%**	**20**	**(18)**	**10**	**(9)**
Nova Lima IP Iluminação Pública S.A.	**36,66%**	**9.937**	**775**	**3.643**	**284**
Mindt Participações S.A. (iv)	**58,33%**	**68.313**	**8.908**	**39.849**	**5.188**
Mindt Participações S.A. - ágio				**10.621**	**-**
BH Iluminação Pública S.A.	**39,00%**	**37.531**	**35.004**	**14.637**	**13.652**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A.	**4,79%**	**312.617**	**32.506**	**14.962**	**1.556**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - ágio	**-**	**-**	**-**	**10.670**	**-**
Laguna Propriedades e Participações (i)	**0,04%**	**27.704**	**14.056**	**1.276**	**1.929**
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (ii)	**15,00%**	**68.518**	**20.230**	**10.276**	**3.034**
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. – ágio (ii)		**207**	**-**	**207**	**-**
Total		**738.097**	**51.846**	**282.495**	**(865)**

(i) Os resultados são distribuídos desproporcionalmente, onde a sócia ostensiva perceberá o "resultado fixo" de 45% do Valor Geral de Vendas (VGV) e as socias participantes ao resultado após o "resultado fixo", na proporção de suas participações no fundo social excluída a participação da sócia ostensiva.

(ii) Em 2025, a Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda teve alteração em sua razão social para Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

(iii) O aumento de participação na Mindt se deu pela conversão de créditos a receber inadimplente no valor de R$1.851.

10. Investimentos--Continuação

	Controladora				
	2024				
Investida direta	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial
Controladas					
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	100,00%	84.077	8.603	84.077	8.603
Sano Saneamento e Participações S.A.	100,00%	21.594	3.601	21.594	3.601
Ibirité Iluminação Pública S.A.	66,67%	8.829	1.957	5.886	1.305
IKA Energia e Participações Ltda	-	-	(25)	-	(25)
Coligadas					
Evolua Energia Participações S.A.	50,00%	132.562	(50.881)	66.281	(25.440)
Evolua Energia Participações S.A. - ágio		-	-	13.742	-
Luz do Norte I Geração de Energia Ltda	50,00%	14	(60)	7	(30)
Luz do Norte II Geração de Energia Ltda	50,00%	19	(57)	9	(29)
Nova Lima IP Iluminação Pública S.A.	36,66%	9.162	352	3.359	129
Mindt Participações S.A.	57,41%	69.419	3.331	39.697	1.965
Mindt Participações S.A. - ágio	-	-	-	8.981	-
BH Iluminação Pública S.A.	39,00%	38.727	33.625	15.103	13.114
CSul Desenvolvimento Urbano S.A.	4,79%	323.054	6.212	15.461	297
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - ágio	-	-	-	10.670	-
Laguna Propriedades e Participações (i)	0,04%	33.313	16.883	1.276	7.812
Sprout Holdings S.A.	-	-	(2.496)	-	(676)
Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	15,00%	34.595	18.694	5.190	2.805
Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - ágio	-	-	-	207	-
Total		755.365	39.739	291.540	13.431

	Consolidado				
	2025				
Investida direta e indireta	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial
Coligadas					
Evolua Energia Participações S.A.	**50,00%**	**95.877**	**(68.284)**	**47.939**	**(34.142)**
Evolua Energia Participações S.A. - ágio	**-**	**-**	**-**	**13.742**	**-**
Luz do Norte I Geração de Energia Ltda	**50,00%**	**11**	**(23)**	**6**	**(11)**
Luz do Norte II Geração de Energia Ltda	**50,00%**	**20**	**(18)**	**10**	**(9)**
Nova Lima IP Iluminação Pública S.A.	**36,66%**	**9.937**	**775**	**3.643**	**284**
Mindt Participações S.A. (iv)	**58,33%**	**68.313**	**8.908**	**39.849**	**5.188**
Mindt Participações S.A. - ágio				**10.621**	**-**
BH Iluminação Pública S.A.	**39,00%**	**37.531**	**35.004**	**14.637**	**13.652**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A.	**4,79%**	**312.617**	**32.506**	**14.962**	**1.556**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - ágio				**10.670**	
Laguna Propriedades e Participações (i)	**0,04%**	**27.704**	**14.056**	**1.276**	**1.929**
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (ii)	**15,00%**	**68.518**	**20.230**	**10.276**	**3.034**
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. – ágio (ii)	**-**	**-**	**-**	**207**	**-**
Sistema de Gestão Ambiental S.A. (iii)	**-**	**-**	**3.425**	**-**	**1.712**
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	**49,00%**	**102.622**	**7.271**	**50.284**	**3.771**
Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - ágio	**-**	**1.879**	**-**	**1.879**	**-**
Essencis Minas Gerais S/A	**33,33%**	**37.327**	**8.107**	**12.442**	**2.703**
CMTR- Central Metrop. Tratamento Resíduos S.A.	**27,50%**	**45.836**	**(968)**	**12.605**	**(266)**
Total		**808.192**	**60.989**	**245.048**	**(599)**

(i) Os resultados são distribuídos desproporcionalmente, onde a sócia ostensiva perceberá o "resultado fixo" de 45% do Valor Geral de Vendas (VGV) e as socias participantes ao resultado após o "resultado fixo", na proporção de suas participações no fundo social excluída a participação da sócia ostensiva.

(ii) Em 2025, a Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda teve alteração em sua razão social para Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

(iii) Participação vendida em 2025. A controlada Sano Saneamento e Participações S.A., celebrou o contrato de compra e venda através do qual foi vendida a totalidade de sua participação em dezembro de 2025

(iv) O aumento de participação na Mindt se deu pela conversão de créditos a receber inadimplente no valor de R$1.851.

10. Investimentos--Continuação

	Consolidado				
	2024				
Investida direta e indireta	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial
Coligadas					
Evolua Energia Participações S.A.	50,00%	132.562	(50.881)	66.281	(25.440)
Evolua Energia Participações S.A. - ágio	-	-	-	13.742	-
Luz do Norte I Geração de Energia Ltda	50,00%	14	(60)	7	(30)
Luz do Norte II Geração de Energia Ltda	50,00%	19	(57)	9	(29)
Nova Lima IP Iluminação Pública S.A.	36,66%	9.162	352	3.359	129
Mindt Participações S.A.	57,41%	69.149	3.331	39.697	1.965
Mindt Participações S.A. - ágio	-	-	-	8.981	-
BH Iluminação Pública S.A.	39,00%	38.727	33.625	15.103	13.114
CSul Desenvolvimento Urbano S.A.	4,79%	323.054	6.212	15.461	297
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - ágio	-	-	-	10.670	-
Laguna Propriedades e Participações (i)	0,05%	33.313	16.883	1.276	7.812
Sprout Holdings S.A.	29,04%	-	(2.496)	-	(676)
Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	15,00%	34.595	18.694	5.190	2.805
Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - ágio	-	-	-	207	-
Sistema de Gestão Ambiental S.A.	50,00%	21.393	8.643	10.696	4.321
Sistema de Gestão Ambiental S.A. - ágio	-	-	-	7.177	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	49,00%	98.711	11.404	48.370	5.587
Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - ágio	-	-	-	1.879	-
Essencis Minas Gerais S/A	33,33%	49.034	7.368	16.343	2.456
CMTR- Central Metrop. Tratamento Resíduos S.A	27,50%	46.803	(685)	12.870	(189)
NGP Nova Geração Participações S.A.	33,50%	-	(394)	-	(133)
Total		856.536	51.939	277.318	11.989

A movimentação dos investimentos durante o exercício é como segue:

	Controladora						
Investida direta	31/12/2024	Ganho/ perda no Investimento por alteração de participação relativa	Venda de participação acionária	Aquisição de participação acionária	Dividendos/ JSCP distribuído	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Controladas							
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	84.077	**-**	**-**	**-**	**(2.000)**	**6.215**	**88.292**
Sano Saneamento e Participações S.A.	21.594	**-**	**-**	**-**	**-**	**(638)**	**20.956**
Ibirité Iluminação Pública S/A	5.886	**-**	**-**	**-**	**(2.554)**	**2.077**	**5.409**
Coligadas							
Evolua Energia Participações S.A.	66.281	**-**	**-**	**15.800**	**-**	**(34.142)**	**47.939**
Evolua Energia Participações S.A. - ágio	13.742	**-**	**-**		**-**	**-**	**13.742**
Luz do Norte I	7	**-**	**-**	**10**	**-**	**(11)**	**6**
Luz do Norte II	9	**-**	**-**	**10**	**-**	**(9)**	**10**
Nova Lima IP Iluminação Pública	3.359	**-**	**-**	**-**	**-**	**284**	**3.643**
Mindt Participações S.A. (i), (ii)	39.697	**(834)**	**(2.187)**	**23.126**	**(25.141)**	**5.188**	**39.849**
Mindt Participações S.A. - ágio	8.981	**-**	**-**	**1.640**	**-**	**-**	**10.621**
BH Iluminação Pública S.A.	15.103	**-**	**-**	**-**	**(14.118)**	**13.652**	**14.637**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. (iii)	15.461	**69**	**-**	**-**	**(2.124)**	**1.556**	**14.962**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - ágio	10.670	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.670**
Laguna Propriedades e Participações	1.276	**-**	**-**	**-**	**(1.929)**	**1.929**	**1.276**
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	5.189	**-**	**-**	**2.053**	**-**	**3.034**	**10.276**
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - ágio	207	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**207**
Total	291.539	**(765)**	**(2.187)**	**42.639**	**(47.866)**	**(865)**	**282.495**

10. **Investimentos**--Continuação

(i) Perda em participação societária, reconhecido como outros resultados abrangentes de coligadas.

(ii) A venda parcial da participação no investimento, pelo valor de R$2.187, (24.994 ações, 12.498 ações ordinárias e 12.498 ações preferenciais), foi objeto de desfazimento parcial da venda por inadimplemento no valor de R$1.851, (21.152 ações, 10.576 ordinárias e 10.576 preferenciais).

(iii) Ganho em participação societária, sendo reconhecido R$22, no resultado do exercício por aumento de capital desproporcional de outros acionistas e reconhecido R$47 como outros resultados abrangentes de coligadas decorrente de ganho por variação de participação.

	Controladora						
Investida direta	**31/12/2023**	**Ganho/perda no Investimento por alteração de participação relativa**	**Aquisição de participação acionária**	**Aquisição de participação societária**	**Dividendos/ JSCP recebidos**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2024**
Controladas							
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	75.474	-	-	-	-	8.603	84.077
Sano Saneamento e Participações S.A.	17.993	-	-	-	-	3.601	21.594
Ibirité Iluminação Pública S/A	4.891	-	-	-	(310)	1.305	5.886
Ika Energia e Participações Ltda. (vi)	62	-	(1.975)	1.938	-	(25)	-
Coligadas							
Evolua Energia Participações S.A.	91.721	-	-	-	-	(25.440)	66.281
Evolua Energia Participações S.A. - ágio	13.742	-	-	-	-	-	13.742
Luz do Norte I	(22)	-	-	59	-	(30)	7
Luz do Norte II	(43)	-	-	81	-	(29)	9
Nova Lima IP Iluminação Pública	3.230	-	-	-	-	129	3.359
Mindt Participações S.A. (iii), (v)	37.545	729	(3.141)	31.619	(29.020)	1.965	39.697
Mindt Participações S.A. - ágio	7.283	-	-	1.698	-	-	8.981
BH Iluminação Pública S.A.	15.639	-	-	-	(13.650)	13.114	15.103
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. (i)	15.440	(205)		-	(71)	297	15.461
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - ágio	10.670	-	-	-	-	-	10.670
Laguna Propriedades e Participações (ii)	28	272	-	-	(6.836)	7.812	1.276
Sprout Holding S.A. (iv)	91		251	334	-	(676)	-
Sprout Holding S.A. - ágio (iv)	4.178	-	(4.964)	786	-	-	-
Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	2.385	-	2.805	5.190
Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - ágio	-	-	-	207	-	-	207
Total	297.922	796	(9.829)	39.107	(49.887)	13.431	291.540

(i) Perda em participação societária reconhecido como outros resultados abrangentes de coligadas.

(ii) Ganho decorrente de reestruturação de participação acionária reconhecido no resultado do exercício.

(iii) Venda de parcial de participação no valor de R$3.141, totalizando 35.890 ações, sendo 17.945 ações ordinárias e 17.945 ações preferenciais.

(iv) A Companhia alienou sua participação acionária em dezembro de 2024. O valor será pago em parcela única, em qualquer momento, até 31 de dezembro de 2029.

(v) Ganho/perda no investimento de R$729, sendo R$769 reconhecido como outros resultados abrangentes e R$(40) como resultado do exercício.

(vi) A Companhia alienou sua participação acionária em julho 2024. O valor foi liquidado dentro do próprio exercício.

10. Investimentos--Continuação

	Consolidado						
Investida direta e indireta	**31/12/2024**	**Aquisição de participação acionária**	**Venda de participação acionária**	**Ganho no investimento**	**Dividen-dos/JCP**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2025**
Coligadas							
Evolua Energia Participações S.A.	66.281	**15.800**	**-**	**-**	**-**	**(34.142)**	**47.939**
Evolua Energia Participações S.A. - ágio	13.742	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.742**
Luz do Norte I Geração de Energia Ltda	7	**10**	**-**	**-**	**-**	**(11)**	**6**
Luz do Norte II Geração de Energia Ltda	9	**10**	**-**	**-**	**-**	**(9)**	**10**
Nova Lima IP Iluminação Pública S.A.	3.359	**-**	**-**	**-**	**-**	**284**	**3.643**
Mindt Participações S.A. (ii), (i)	39.697	**23.126**	**(2.187)**	**(834)**	**(25.141)**	**5.188**	**39.849**
Mindt Participações S.A. - ágio	8.981	**1.640**	**-**		**-**	**-**	**10.621**
BH Iluminação Pública S.A.	15.103	**-**	**-**	**-**	**(14.118)**	**13.652**	**14.637**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. (iii)	15.461	**-**	**-**	**69**	**(2.124)**	**1.556**	**14.962**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - ágio	10.670	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.670**
Laguna Propriedades e Participações	1.276	**-**	**-**	**-**	**(1.929)**	**1.929**	**1.276**
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	5.190	**2.053**	**-**	**-**	**-**	**3.034**	**10.276**
Hyde Park Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - ágio	207	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**207**
Sistema de Gestão Ambiental S.A.(SGA) (iv)	10.696	**-**	**(12.408)**	**-**	**-**	**1.712**	**-**
Sistema de Gestão Ambiental S.A. - ágio (SGA) (iv)	7.177	**-**	**(7.177)**	**-**	**-**	**-**	
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	48.370	**-**	**-**	**-**	**(1.857)**	**3.771**	**50.284**
Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - ágio	1.879	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.879**
Essencis Minas Gerais S/A	16.343	**-**	**-**	**-**	**(6.604)**	**2.703**	**12.442**
CMTR- Central Metrop. Tratamento Resíduos S.A	12.870	**-**	**-**	**-**	**-**	**(266)**	**12.605**
Total	277.318	**42.639**	**(21.772)**	**(765)**	**(51.773)**	**(599)**	**245.048**

(i) Perda em participação societária reconhecido como outros resultados abrangentes de coligadas.

(ii) Venda parcial de participação no valor de R$2.187, totalizando 24.994 ações, sendo 12.498 ações ordinárias e 12.498 ações preferenciais.

(iii) Ganho em participação societária, sendo 23 reconhecido no resultado do exercício e 43 reconhecido como outros resultados abrangentes de coligadas.

(iv) Em dezembro de 2025, a controlada Sano Saneamento e Participações S.A., celebrou o contrato de compra e venda através do qual foi vendida a totalidade de sua participação na SGA-Sistema de Gestão Ambiental S.A.

	Consolidado						
Investida direta e indireta	**31/12/2023**	**Aquisição de participação acionária**	**Alienação de participação acionária**	**Ganho no investimento**	**Dividen-dos/JCP recebidos**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2024**
Coligadas							
Evolua Energia Participações S.A.	91.721	-	-	-	-	(25.440)	66.281
Evolua Energia Participações S.A. - ágio	13.742	-	-	-	-	-	13.742
Luz do Norte I Geração de Energia Ltda	(22)	59	-	-	-	(30)	7
Luz do Norte II Geração de Energia Ltda	(43)	81	-	-	-	(29)	9
Nova Lima IP Iluminação Pública S.A.	3.230	-	-	-	-	129	3.359
Mindt Participações S.A. (iii), (v)	37.545	31.619	(3.141)	729	(29.020)	1.965	39.697
Mindt Participações S.A. - ágio	7.283	1.698	-		-	-	8.981
BH Iluminação Pública S.A.	15.639	-	-	-	(13.650)	13.114	15.103
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. (i)	15.440	-	-	(205)	(71)	297	15.461
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - ágio	10.670	-	-	-	-	-	10.670
Laguna Propriedades e Participações (ii)	28	-	-	272	(6.836)	7.812	1.276
Sprout Holding S.A.	91	334	251	-	-	(676)	-
Sprout Holding S.A. - ágio	4.178	786	(4.964)	-	-	-	-
Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	2.385	-	-	-	2.805	5.190
Bora Bora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - ágio	-	207	-	-	-	-	207
Sistema de Gestão Ambiental S.A.(SGA)	7.401	-	-	-	(1.026)	4.321	10.696
Sistema de Gestão Ambiental S.A. - ágio (SGA)	7.177	-	-	-	-	-	7.177
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	42.783	-	-	-	-	5.587	48.370
Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - ágio	1.879	-	-	-	-	-	1.879
Essencis Minas Gerais S/A	14.501	-	-	-	(614)	2.456	16.343
CTMR - Companhia Metrop. Tratamento Resíduos S.A	13.059	-	-	-	-	(189)	12.870
NGP Nova Geração Participações S.A. (iv)	702	-	(569)	-	-	(133)	-
NGP Nova Geração Participações S.A. - ágio (iv)	748	-	(748)	-	-	-	-
Total	287.752	37.169	(9.171)	796	(51.217)	11.989	277.318

10. Investimentos--Continuação

(i) Perda em participação societária reconhecido como outros resultados abrangentes de coligadas.

(ii) Ganho decorrente de reestruturação acionária reconhecido no resultado do exercício.

(iii) Venda parcial de participação no valor de R$3.141, totalizando 35.890 ações, sendo 17.945 ações ordinárias e 17.945 ações preferenciais.

(iv) A Companhia alienou sua participação acionária em dezembro de 2024. O valor será pago em parcela única, em qualquer momento, até 31 de dezembro de 2029.

(v) Ganho/perda no investimento de R$729, sendo R$769 reconhecido como outros resultados abrangentes e R$(40) como resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, os ágios foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foram identificadas perdas por valor recuperável dos ágios.

O teste de impairment foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") foram alocados por unidade, conforme abaixo:

Ágio - Investida direta e indireta	31/12/2025	31/12/2024
Ágio em coligadas		
Evolua Energia Participações S.A.	**13.742**	13.742
Mindt Participações S.A.	**10.621**	8.981
Sistema de Gestão Ambiental S.A. ("SGA")	**-**	7.177
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	**1.879**	1.879
CSul Desenvolvimento Urbano S.A.	**10.670**	10.670
Total	**36.912**	42.449

A metodologia utilizada para os cálculos de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada em cada equipamento.

Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, considerando principalmente i) estratégias de investimentos para ampliação dos serviços; ii) novos empreendimentos imobiliários, em conexão com os estoques de terrenos; e iii) expansão da base de clientes em conexão com os investimentos realizados.

Em relação aos custos fixos e despesas, as premissas foram baseadas através de informações obtidas com fontes externas, dessa forma, foi considerado um crescimento com base na taxa média de inflação para os próximos anos. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos das investidas.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, risco de ações e o beta desalavancado do setor. A taxa calculada foi entre 14% e 17%.

11. Imobilizado e intangível

A composição do ativo imobilizado e intangível da Companhia e suas controladas está demonstrada nas tabelas a seguir:

		Controladora		Consolidado	
Imobilizado, líquido	**Taxa de dep. % a.a.**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Móveis e instalações gerais	10	**203**	276	**220**	283
Veículos	20	**-**	25	**-**	30
Computadores	20	**29**	46	**24**	48
Total		**232**	347	**244**	361

		Consolidado	
Intangível, líquido	**Taxa de amort. % a.a.**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Projetos e estudos (i)	4	**592**	622
Total		**592**	622

(i) A Ibirite IP, controlada da Companhia, para atender aos objetivos do edital de licitação nº 007/2019 ("Contrato") e do plano de operacionalização da concessionária, incorreu em gastos relacionados a estudos e projetos, sendo os principais referentes a:

- Estudos sobre o parque de Iluminação Pública de Ibirité.
- Realização do Mapeamento da Rede Exclusiva de Iluminação Pública.

As movimentações do ativo imobilizado e intangível são como segue:

	Controladora			
Imobilizado	**31/12/2024**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2025**
Móveis e instalações gerais	424	**-**	**-**	**424**
Veículos	173	**-**	**(12)**	**161**
Computadores	157	**-**	**-**	**157**
Custo do ativo imobilizado	754	**-**	**(12)**	**742**
Móveis e instalações gerais	(148)	**(73)**	**-**	**(221)**
Veículos	(148)	**(13)**	**-**	**(161)**
Computadores	(111)	**(17)**	**-**	**(128)**
(-) Depreciações acumuladas	(407)	**(103)**	**-**	**(510)**
Total	347	**(103)**	**(12)**	**232**

11. Imobilizado e intangível—Continuação

(b) As movimentações do ativo imobilizado e intangível--Continuação

	Controladora			
Imobilizado	**31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2024**
Móveis e instalações gerais	424	-	-	424
Veículos	173	-	-	173
Computadores	157	-	-	157
Custo - ativo imobilizado	754	-	-	754
Móveis e instalações gerais	(75)	(73)	-	(148)
Veículos	(116)	(32)	-	(148)
Computadores	(88)	(23)	-	(111)
(-) Depreciações acumuladas	(279)	(128)	-	(407)
Total - imobilizado líquido	475	(128)	-	347

	Consolidado			
Imobilizado	**31/12/2024**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2025**
Móveis e instalações	445	**1**	**-**	**446**
Veículos	188	**-**	**(12)**	**176**
Computadores	162	**-**	**-**	**162**
Custo - ativo imobilizado	795	**1**	**(12)**	**784**
Móveis e instalações	(152)	**(74)**	**-**	**(226)**
Veículos	(166)	**(10)**	**-**	**(176)**
Computadores	(116)	**(22)**	**-**	**(138)**
(-) Depreciação acumulada	(434)	**(106)**	**-**	**(540)**
Total - imobilizado líquido	361	**(105)**	**(12)**	**244**

	Consolidado			
Imobilizado	**31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2024**
Móveis e instalações	442	3	-	445
Veículos	188	-	-	188
Computadores	162	-	-	162
Custo	792	3	-	795
Móveis e instalações	(78)	(74)	-	(152)
Veículos	(128)	(38)	-	(166)
Computadores	(92)	(24)	-	(116)
(-) Depreciação acumulada	(298)	(136)	-	(434)
Total	494	(133)	-	361

11. Imobilizado e intangível—Continuação

(b) As movimentações do ativo imobilizado e intangível--Continuação

Intangível - Consolidado	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Projetos de desenvolvimento de concessão	754	**-**	**-**	**754**
Custo	754	**-**	**-**	**754**
Amortização				
Projetos de desenvolvimento da concessão	(132)	**(30)**	**-**	**(162)**
(-) Amortização acumulada	(132)	**(30)**	**-**	**(162)**
Total intangível líquido	622	**(30)**	**-**	**592**

Intangível - Consolidado	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Projetos de desenvolvimento de concessão	754	-	-	754
Custo	754	-	-	754
Amortização				
Projetos de desenvolvimento da concessão	(102)	(30)	-	(132)
(-) Amortização acumulada	(102)	(30)	-	(132)
Total intangível líquido	652	(30)	-	622

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Durante o exercício de 2025, a Companhia deliberou pelo aumento de capital em R$47.550, com parte da reserva de lucros retidos, conforme AGE de 19 de dezembro 2025.O capital social em 31 de dezembro de 2025 é R$167.550, dividido em 32.408.861 ações ordinárias nominativas, 278.282 ações preferenciais Classe “A” e 14.276.020 ações preferenciais classe “B”, totalmente integralizado. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social era de R$120.000, dividido em 31.308.774 ações, sendo 16.754.473 ações ordinárias, 278.281 ações preferenciais classe “A” e 14.276.020 ações preferenciais classe B, totalmente integralizado.

	31/12/2025	31/12/2024
Ações ordinárias	**32.408.861**	16.754.473
Ações preferenciais Classe A	**278.282**	278.281
Ações preferenciais Classe B	**14.276.020**	14.276.020
Total	**46.963.163**	31.308.774
Valor do capital social	**R$167.550**	R$120.000

12. Patrimônio líquido--Continuação

12.2. Reserva de capital

Sob essa rubrica encontram-se apropriados os valores integralizados pelos acionistas que ultrapassaram a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal em relação a importância destinada à formação do capital social.

12.3. Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A Companhia constituiu reserva legal no valor de R$181 em 2025 (R$617 em 2024).

12.4. Adiantamento para futuro aumento de capital

Sob essa rubrica encontram-se apropriados aportes de recursos efetuados pelos acionistas e destinados a futuro aumento de capital. Em 2025 e 2024, o saldo é de R$4.460 a ser integralizado nos próximos exercícios.

12.5. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros segue o previsto no estatuto social da Companhia, exceto quando deliberado de forma diversa pela assembleia geral, o qual contém as destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

No exercício de 2025 foram distribuídos dividendos no montante de R$53.016, sendo o valor de R$3.016, referente a dividendos fixos das ações preferenciais classe “A”, R$20.000 pagos no ano, a título de dividendos adicionais, R$30.000 a pagar aos acionistas até 2028, de acordo com disponibilidade financeira e o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R$380. Em 2024 o valor distribuído foi de R$3.016, referente a dividendos fixos das ações preferenciais classe “A”.

13. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Serviços prestados (i)	**4.454**	315	**10.036**	5.636
Receita de venda de energia (ii)	**-**	-	**-**	3.074
Receita do ativo financeiro da concessão	**-**	-	**783**	666
(-) Deduções da receita	**(635)**	(45)	**(1.062)**	(732)
Receita líquida total	**3.819**	270	**9.757**	8.644

(i) As receitas são tributadas às alíquotas de 5% para o ISS, 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS.

(ii) As vendas de energia são tributadas a 1,65% de PIS e 7,6% para o COFINS.

14. Natureza dos custos e despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Mão de obra e encargos	**(5.240)**	(5.554)	**(5.705)**	(5.971)
Equipamentos	**(21)**	(49)	**(358)**	(310)
Materiais	**(57)**	(28)	**(142)**	(61)
Serviços	**(517)**	(670)	**(1.924)**	(2.396)
Energia elétrica	**-**	-	**-**	(2.830)
Outros	**(623)**	(624)	**(738)**	(757)
Amortização do ativo de direito de uso	**-**	-	**(57)**	(54)
Depreciação e amortização	**(103)**	(128)	**(136)**	(166)
Total de custos e despesas	**(6.561)**	(7.053)	**(9.060)**	(12.545)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	**(770)**	(177)	**(1.946)**	(4.971)
Despesas administrativas e gerais	**(5.791)**	(6.876)	**(7.114)**	(7.574)
Total de custos e despesas	**(6.561)**	(7.053)	**(9.060)**	(12.545)

15. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Outras receitas				
Outras receitas	**120**	218	**151**	233
Dividendos recebidos (a)	**2.625**	4.243	**2.625**	4.253
Dividendos recebidos de instr. finan. a valor justo	**108**	213	**108**	213
Ganho em mercado de renda variável	**-**	312	**-**	312
Juros sobre capital próprio recebido	**178**	245	**178**	245
Ganho alienação de investimentos	**23**	232	**23**	1.574
Ganho mensuração valor justo instr.financ.	**1.133**	45	**1.133**	45
Total das receitas	**4.187**	5.508	**4.218**	6.865
Outras despesas				
Prejuízo na alienação de investimento (b)	**-**	-	**(6.171)**	-
Perda em mercado de renda variável	**(144)**	(316)	**(144)**	(316)
Perda mensuração valor justo instr. financ. (ações)	**(65)**	(580)	**(65)**	(580)
Outras despesas	**(12)**	-	**(12)**	-
Total das despesas	**(221)**	(896)	**(6.392)**	(896)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	**3.966**	4.612	**(2.174)**	5.969

(a) A Companhia é usufrutuária de ações, registradas como instrumentos financeiros, que foram objeto de venda com cláusula de benefício de todos os rendimentos realizados na vigência do presente usufruto.

(b) Em dezembro de 2025, a controlada Sano Saneamento e Participações S.A., celebrou o contrato de compra e venda de sua participação na SGA-Sistema de Gestão Ambiental S.A., onde apurou perda em relação ao preço da venda e o saldo do investimento e ágio reconhecidos, no valor de R$ 6.171..

16. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	**2.608**	551	**2.796**	670
Outras	**767**	596	**815**	662
Total das receitas financeiras	**3.375**	1.147	**3.611**	1.332
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos	**-**	-	**-**	(107)
Juros sobre arrendamentos	**-**	-	**(18)**	(11)
Outras despesas financeiras	**(1)**	(14)	**(15)**	(31)
Total das despesas financeiras	**(1)**	(14)	**(33)**	(149)
Resultado financeiro líquido	**3.374**	1.133	**3.578**	1.183

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

A seguir, a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social apurados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**3.733**	12.341	**1.502**	15.188
Alíquota IR/CS nominal %	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social	**(1.269)**	(4.196)	**(511)**	(5.164)
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	**(295)**	4.549	**(204)**	4.059
Dividendos sobre participação acionária mensurada ao valor justo	**929**	1.515	**929**	1.515
Juros sobre capital próprio	**129**	-	**129**	-
Outras adições e exclusões permanentes, líquida	**398**	(106)	**(1.727)**	(80)
Ativo fiscal diferido não constituído	**-**	(1.762)	**-**	(2.815)
Ativo fiscal diferido não constituído em períodos anteriores	**-**	-	**3.902**	
Diferença de alíquota presunção	**-**	-	**644**	291
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(108)**	-	**3.162**	(2.194)
Alíquota IR/CS efetiva %	**2,90%**	-	**210,54%**	14,39%
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(108)**	-	**(740)**	(656)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**-**	-	**3.902**	(1.538)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(a) A seguir, a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício (consolidado):

	Saldos em dezembro de:				
2025	**Saldo líquido inicial**	**Reconhecimento no resultado**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Prejuízo fiscal a compensar	**860**	**3.902**	**4.762**	**4.762**	**-**
Exclusões temporárias	**(452)**	**-**	**(452)**		**(452)**
Imposto diferido	**408**	**3.902**	**4.310**	**4.762**	**(452)**

	Saldos em dezembro de:				
2024	**Saldo líquido inicial**	**Reconhecimento no resultado**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Prejuízo fiscal a compensar	1.946	(1.086)	860	860	-
Exclusões temporárias	-	(452)	(452)	-	(452)
Imposto diferido	1.946	(1.538)	408	860	(452)

(b) Previsão de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Anos	**Total**
2026	717
2027	932
2028	966
2029 em diante	2.147
Total	4.762

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros); e (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações gerais e políticas--Continuação

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

b) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios.

i) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras, são corrigidas pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

ii) *Risco do preço das ações*

Os investimentos da Companhia em ações de companhias listadas em bolsa estão sujeitos ao risco do preço de mercado decorrente de incertezas no que diz respeito a valores futuros desses investimentos em participações. A Companhia gerencia o risco do preço das ações por meio da diversificação e da imposição de limites nos instrumentos patrimoniais individuais e totais. Os relatórios acerca da carteira de investimentos são enviados à Alta Administração da Companhia periodicamente. O Conselho de Administração da Companhia analisa e aprova todas as decisões relacionadas aos investimentos em instrumentos patrimoniais.

Na data de reporte, a exposição dos investimentos em ações de companhias listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, ao valor justo, era de R$4.011. Considerando que mudanças no valor justo das ações são fortemente correlacionadas às mudanças em sua cotação em bolsa, a Companhia determinou que um aumento (redução) de 10% no índice de mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão teria um impacto de aumento (redução) de aproximadamente R$401 sobre o lucro e o patrimônio atribuível ao Grupo.

iii) *Análise de sensibilidade*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

iii) *Análise de sensibilidade*--Continuação

Indexador	Ativos financeiros	Passivos financeiros
CDI	Aplicações financeiras	-

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2024, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2025, conforme detalhado abaixo:

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2026 (“cenário provável”) e a taxa efetiva verificada no ano de 2025, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2025 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2026. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2026 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Consolidado

Indicadores:	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/205	Taxa em cenário de stress	Variação entre taxas	Efeito
Cenário provável						
CDI	17.523	-	14,90%	12,25%	2,65%	-464
Cenário I						
CDI	17.523	-	14,90%	15,31%	0,41%	72
Cenário II						
CDI	17.523	-	14,90%	18,38%	3,48%	610

c) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de crédito--Continuação

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

Contas com partes relacionadas

Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes a dividendos, mútuos e AFAC com empresas ligadas.

d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados em 31 de dezembro de 2025.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Controladora		
Fornecedores	95	-
Outros passivos	1.214	-
Partes relacionadas	-	30.000
Consolidado		
Fornecedores	229	-
Partes relacionadas	198	30.000
Passivo de arrendamento	103	-
Outros passivos	1.214	-

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos acionistas, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais.

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Gestão de capital--Continuação

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos, mais as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano.

f) Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, em destaque para aplicações financeiras. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida de acordo com a tabela a seguir:

Controladora	Classificação	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	**12.946**	19.091
Partes relacionadas	Custo amortizado	**25.535**	28.955
Contas a receber	Custo amortizado	**533**	949
Créditos a receber	Custo amortizado	**5.916**	8.327
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	**4.011**	3.075
Outros ativos	Custo amortizado	**-**	35
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	**95**	94
Partes relacionadas	Custo amortizado	**30.000**	383
Outros passivos	Custo amortizado	**1.214**	

Consolidado	Classificação	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	**17.713**	20.208
Partes relacionadas	Custo amortizado	**35.784**	32.479
Contas a receber	Custo amortizado	**951**	396
Contas a receber - Ativo financeiro	Custo amortizado	**7.662**	7.875
Créditos a receber	Custo amortizado	**18.802**	12.192
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	**4.011**	3.075
Outros ativos	Custo amortizado	**21**	77
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	**229**	185
Partes relacionadas	Custo amortizado	**30.198**	155
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	**103**	154
Outros passivos	Custo amortizado	**1.214**	

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a receber - ativo financeiro, partes relacionadas, contas a pagar aos fornecedores e arrendamentos pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos. Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários estão mensurados aos seus e valores justos.

19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

20. Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas diretas, não são parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

21. Transações que não afetaram caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Dividendos distribuídos e não pagos	**(30.000)**	-	**(30.000)**	-
Dividendos distribuídos e não recebidos	**(2.970)**	(5.490)	**(9.695)**	(6.865)
Aporte de capital - conversão de dividendos a receber	**22.915**	(28.606)	**22.915**	24.840
Conversão de dividendos a receber em participação acionária	**4.812**	3.812	**4.812**	3.812
Conversão de AFAC em participação acionária	**12.848**	(1.679)	**12.848**	(1.949)

22. Eventos subsequentes

A Evolua Energia Participações S.A. (“Evolua”), investida coligada da Companhia, decidiu alienar a totalidade de sua participação societária em suas controladas (Evolua Energia Operacional SPE Ltda ("SPE 1") e Evolua Energia Operacional SPE 2 Ltda ("SPE 2")). Até o momento da emissão das demonstrações financeiras da Companhia, a Evolua, formalizou o contrato de compra e venda da participação societária da SPE 2, tendo recebido sinal da venda pelo comprador e cumprido todos os eventos precedentes de sua responsabilidade para conclusão da operação.

Bruno Costa Carvalho de Sena
Diretor Presidente

Alicia Maria Gross Figueiró
Diretora Administrativo-Financeira

Miguel Luiz Morad Noronha
Diretor de Investimentos

Farley Vasconcelos Botelho
CRC MG-84.315/O-8